



# Economistas católicos arrasam OE e pedem renegociação da dívida

**Avaliação.** Grupo de estudos ligado à Igreja Católica diz que Governo está obcecado com metas orçamentais, mas esquece dificuldades que irá criar a famílias e, em especial, a idosos



Avaliação do GES garante que Orçamento irá contribuir para aumentar níveis de pobreza

## AS FRASES

“A proposta de OE 2014 evidencia uma obsessão com uma única meta: a redução do défice das contas públicas, elegendo-o como objetivo único da política económica”

“A recusa em admitir a necessidade de renegociação da dívida, de forma a aliviar, significativamente, o erário público do peso excessivo dos atuais encargos”

“A atual governação vem abrindo portas a uma liberalização desenfreada e a um capitalismo sem regras, mesmo em sectores como a educação ou a saúde”

GRUPO ECONOMIA E SOCIEDADE  
AVALIAÇÃO DO OE 2014

## HELDER ROBALO

Um Orçamento sem credibilidade e sustentabilidade. É assim que os membros do Grupo Economia e Sociedade (GES) avaliam a proposta de Orçamento do Estado do Governo para 2014. Para o grupo de economistas, a proposta tem dois vícios graves que põem em causa todo o Orçamento.

O GES é um grupo de 13 economistas, entre os quais se encontram Manuela Silva (antiga presidente da Comissão Nacional Justiça e Paz), Carlos Farinha Rodrigues (professor no ISEG) e Manuel Brandão Alves (Faculdade de Economia do Porto). Este grupo estava, até final de 2012, ligado à Comissão Nacional Justiça e Paz, estrutura na dependência da cúpula da Igreja Católica portuguesa.

Para estes economistas, o Orçamento não tem em linha de conta o “indispensável enquadramento de opções de desenvolvimento a médio prazo, fixando-se, mais uma vez, em meros cortes de despesa pública e exercícios de equilíbrios orçamentais”. E segue na linha dos dois anteriores, insistindo

na importância primeira da “meta do saldo orçamental que se propõe atingir, a qual não poderá ser alcançada, pese embora o anúncio de reforço da austeridade”.

### Empobrecimento coletivo

Para os economistas, acentua-se a obsessão com uma única meta: “a redução do défice das contas públicas, elegendo-o como objetivo único da política económica”. O que pode conduzir a uma “previsível degradação das condições de vida das pessoas e das famílias e ao enfraquecimento da coesão social”.

Os economistas estão contra a aposta no regresso imediato aos mercados financeiros. Algo que “só será possível quando existir um crescimento económico sustentável, o que pressupõe a inversão de políticas de austeridade”.

### Renegociar a dívida

“A recusa em admitir a necessidade de renegociação da dívida, de forma a aliviar, significativamente, o erário público do peso excessivo

dos atuais encargos com o serviço da dívida em todo o orçamento” é outro dos erros apontados pelo GES. “Sem uma tal renegociação não se pode esperar a libertação dos indispensáveis recursos para o crescimento económico”, alegam.

Os cortes nas pensões de sobrevivência, nos salários dos funcionários públicos, o aumento de horário de trabalho e a convergência de pensões são também alvos de duras críticas. O GES considera que estas medidas levam à “perda de confiança por parte da generalidade dos cidadãos nas instituições e no próprio Estado”.

### Cortes são evitáveis

Para o grupo, o OE 2014 é incoerente quanto à justificação da inevitabilidade dos cortes. Sobretudo porque “deixa inalteradas situações em que se poderiam prever significativas reduções de custos”. Entre elas “o excessivo recurso a prestação de serviços *outsourcing*, os gastos exorbitantes com numeroso pessoal recrutado para apoio aos gabinetes

ministeriais”, as parcerias público-privadas, as rendas pagas ao sector da energia, a “fraca celeridade da liquidação das dívidas ao Estado, que priva o erário público de verbas que lhe são devidas e prescrevem”.

### Política fiscal e corrupção

“Vemos com apreensão que a desigualdade aumenta e cresce a concentração da riqueza no topo da pirâmide, sem que existam mecanismos que contrariem a já visível perda de coesão social”, sustentam os membros do GES. Que recordam que Portugal é dos países mais desiguais da Europa ao nível da matéria fiscal. Além disso, “a corrupção declarada ou larvar, que é um dos sinais da crise, alastra e não se vê que existam medidas que se proponham preveni-la e puni-la”. Para o GES “ao Governo competiria dar um sinal de tolerância zero que o OE deveria espelhar”.

Face à previsível aprovação do OE 2014 pela maioria parlamentar, “resta esperar que a opinião pública reaja, que a Academia não se refugie em sepulcrais silêncios e que cumpram o seu papel de vigilância e supervisão democrática os diferentes Órgãos do Estado”.

Texto muito crítico diz “esperar” que “opinião pública reaja”

## CRÍTICAS

**Ao longo dos últimos anos, a Igreja Católica tem manifestado a sua crítica aos sucessivos orçamentos do Estado.**

### Junho 2012

Ex-bispo das Forças Armadas acusou o atual Governo de ser “profundamente corrupto” e comparou mesmo “alguns” ministros a uns “diablinhos negros”.

### Julho 2012

Arcebispo de Braga, Jorge Ortiga, criticou Governo por estar mais preocupado com o “bem-estar pessoal ou, quando muito, do seu grupo ou partido” do que com necessidades por que passam os portugueses.

### Novembro 2012

Atual patriarca de Lisboa, ainda no Porto, pediu ao membros do Governo: “Não apertem de mais [o cinto], precisamos de respirar.”

### Dezembro 2012

Bispo emérito de Setúbal acusou governo de não estar “à altura para governar”. Manuel Martins apontou ainda a falta de respostas aos problemas das pessoas.

### Julho 2013

Porta-voz da Conferência Episcopal Portuguesa desafiou Governo a ser “um modelo que estimule todos a procurar soluções”. Algo que, referia Manuel Morujão, era espreitado pela população.